



12 de fevereiro de 2020

A Estratégia da nova Gestão da UFRJ e possíveis parcerias com o IPP

Palestrante – Denise Pires de Carvalho, reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 12 de fevereiro de 2020

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

A Estratégia da nova Gestão da UFRJ e possíveis parcerias com o IPP

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e realizou as seguintes observações:

- Professora Denise, é um prazer estar lhe conhecendo. Eu sou professor da faculdade que a senhora dirige, a UFRJ, e fiz Economia também na UFRJ. Amigo do Medronho, que tenta me desencaminhar há uns 40 anos, mas não consegue. Mas é uma alegria, uma honra muito grande tê-la aqui, quando eu crescer vou ser como você, só nota acima de 9 no curso de medicina da UFRJ.

- Eu estou aqui no Instituto Pereira Passos desde 2009, presidindo este conselho. Como presidente desde 2016. O Instituto Pereira Passos é uma joia, é um órgão que se dedica à parte de pesquisa sobre o Rio, dados e informações e desenvolvimento de metodologias sobre a cidade. E, acho que a gente pode, acho que a ideia é reaproximar o Instituto Pereira Passos da UFRJ, a UFRJ da gente.

- Eu sou do Conselho Universitário, o Medronho que me obrigou. Eu tenho ido pouco, mas estou à disposição, quando tiver uma discussão mais polêmica, pode me convocar. Então, essa é a ideia, a gente estar aqui conversando, mostrar um pouco do que o Instituto faz e quais as possibilidades de parceria.

- Tem alguns alunos também que são nossos estagiários que também vieram. Eu sou militante por ampliar a reflexão sobre o estado do Rio de Janeiro. A nossa tradição é pensar Brasil e mundo. Então, acho que a nossa universidade, no Brasil, estar ampliando a reflexão regional é muito importante.

- O Rio tem uma crise estrutural de décadas. Desde os anos 70, nós temos a economia que menos cresce, tem uma lógica de máfia na política muito complicada que a gente está vendo aí, então, não faltam desafios.

- Nessa crise, nós sofremos muito mais, a cidade do Rio de Janeiro desde 2015 perdeu mais empregos que a cidade de São Paulo, apesar da economia paulista ser o dobro da nossa. A prefeitura ainda não recuperou o que era receita de 2016, é uma situação muito complicada.

- A nossa ideia, vamos primeiro dar uma rodada, as pessoas se apresentarem, que a ideia, depois, é o Carlos, que é diretor de Informações e a Andrea, de Projetos Especiais, Andrea fez doutorado lá no IPPUR, fazer uma apresentação rápida colocando as coisas e depois a gente ouve a sua apresentação e faz uma conversa informal. Também existe a proposta de a gente fazer um convênio guarda chuva e a partir disso ir aprofundando as coisas. O Medronho você já conhece, não precisa, né.

Marcelo Cardoso: Sou funcionário do município desde 90, estou no IPP desde 2001 assumindo a Jurídica.

Jorge Barbosa: Eu sou o Jorge Barbosa, do Observatório de Favelas e professor da Universidade Federal Fluminense.

Mauro Osorio: A ideia desse Conselho é ter mais pessoas de ONGs, universidades para ter um olhar de fora sobre a política do IPP e as políticas da prefeitura.

Silvia Ramos: Eu sou Silvia Ramos, uma das coordenadoras do Observatório da Segurança Pública, que é um projeto dentro do Centro de Estudos de Segurança da Universidade Cândido Mendes.

Mauro Osorio: Ela estava com muito trabalho com esse negócio de “mirar a cabecinha”, mas graças a Deus as coisas melhoraram um pouco e ela está tendo um pouco mais de tranquilidade.

Andrea Pulici: Eu sou Andrea Pulici, fiz Geografia e especialização, mestrado e doutorado lá no Ippur em Planejamento Urbano. Estou diretora de Projetos Especiais aqui no IPP.

Carlos Krykhtine: Eu sou Carlos Krykhtine, sou arquiteto e urbanista formado pela UFRJ, fiz pesquisa por algum tempo lá no Prourb, tenho mestrado pela UFF, quem sabe no futuro a gente volte a fazer alguma coisa lá no Fundão. Estou diretor de Informações da Cidade, tenho aqui na minha equipe a Patricia, que é da área de estudos ambientais e o Bernardo Valentim, que é nosso gerente de Geoprocessamento.

Mauro Osorio: A equipe do Carlos fez um convênio com a NASA. O Rio é a única cidade no mundo que tem convênio com a Nasa, e isso está ajudando a Prefeitura a melhorar as previsões de onde vai chover, um nível de antecipação maior. E a gente faz aqui o cálculo das emissões de CO2. A tecnologia foi passada para nós e, hoje em dia, o Instituto Pereira Passos é que acompanha e calcula.

Carlos Krykhtine: E, por último, Adriano Alem que é coordenador do Siurb, que vocês vão conhecer daqui a pouco.

Fernando Mattos: Fernando Mattos, da UFF.

Sérgio Besserman: Sergio Besserman, professor da PUC.

Ana Carla Badaró: Acho que sou uma exceção aqui no Conselho, meu nome é Ana Carla, eu sou da Casa Civil. Fui estudante da UFRJ, formada em Arquitetura e Urbanismo, fui secretária de Planejamento da Prefeitura e hoje estou na assessoria direta do secretário da Casa Civil, apoiando diretamente o Centro de Operações Rio. Adorei a ideia do convênio e em nome do Cardeman, que é o chefe de Operações de lá, ponho o órgão à disposição das universidades para fazermos boas parcerias.

Mauro Osorio: O Centro de Operações é com certeza, acho que das capitais brasileiras, o melhor aparelhado.

Luiz Eduardo Pizzoti: Boa tarde, hoje é o meu primeiro dia aqui no Conselho, como suplente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Eu sou assessor da presidência do Instituto, sou arquiteto e urbanista formado pela UFF, com pós graduação na Uerj e cheguei a fazer mestrado na UFRJ, na Coppe, por motivos de força maior não concluí, mas estou há treze anos no Patrimônio Cultural do município.

Fernando Cavallieri: Fernando Cavallieri, eu sou formado em Ciências Sociais pelo IFCS da UFRJ e aqui estou como gerente de pesquisas da diretoria de Projetos Especiais, comandado pela Andrea Pulici. E estou na Prefeitura há algumas décadas também.

Mauro Osorio: Fernando é nosso decano aqui e ele criou um índice chamado de Índice de Desenvolvimento Social que o Medronho diz que na faculdade de medicina usam e que a gente mapeia a situação social da cidade a cada setor censitário.

Paulo Reis: Sou Paulo Reis, sou formado em História, concluindo agora o doutorado lá no Ippur, na UFRJ, em Planejamento Urbano. Estou aqui como coordenador do Núcleo de Memória Urbana da Cidade.

Ricardo Berbara: Reitor, colega da professora Denise, da Rural do Rio de Janeiro, Ricardo Berbara.

Vicente Loureiro: Eu sou Vicente Loureiro, arquiteto e urbanista, conselheiro da agência reguladora de transporte do estado.

Mauro Osorio: O Vicente mora em Nova Iguaçu até hoje, foi secretário de Urbanismo de vários municípios e criou recentemente a Câmara Metropolitana, que a ideia é estar integrando as políticas

metropolitanas. Acho que pode ser um grande salto de qualidade, é o nosso decano nas políticas metropolitanas.

Bruno Filippo: Boa tarde, Bruno Filippo, sou assessor de comunicação do IPP e ex-estudante da UFRJ.

Mauro Osorio: É mestre em Ciência Política e um estudioso do carnaval. Então, o Carlos começa falando um pouco da área dele. Eu acho que o Siurb é um dos nossos pontos altos.

- O nosso Siurb, Sistema de Informações Urbanas, estava previsto no Plano Diretor de 2011 e é uma plataforma que todas as secretarias trabalham seus dados nessa plataforma. O Instituto Pereira Passos a coordena, é uma plataforma que tem espaço para os estudantes também usarem, o Carlinhos vai explicar.

- E a ideia é que qualquer grande organização – a gente que é da UFRJ sabe bem disso – tende a uma fragmentação muito grande. A ideia do Siurb é exatamente estar integrando as informações e integrando as políticas.

- O Besserman sempre cita isso, é uma coisa que eu sempre aponto também, hoje, alguns países escandinavos, a tendência é talvez nem fazer Censo e usar os dados administrativos como fonte de informação. São dados também que a gente tem praticamente online, são dados muito preciosos.

Carlos Krykhtine: Professora Denise, um presentinho, um kit do Data Rio.

Mauro Osorio: Vou aproveitar e dar um outro presente, isso aqui é a evolução da Zona Portuária desde 1600, são fotos artísticas, até já com o Museu do Amanhã.

Denise Pires de Carvalho: Muito obrigada.

Carlos Krykhtine: É uma apresentação simples que a gente tem aqui, embora a gente tenha muito o que dizer. O Siurb é um instrumento institucionalizado dentro da prefeitura que os conselheiros conhecem de trás para frente. Vou pedir um pouquinho de paciência para a gente apresentar para a professora Denise.

- Ele foi criado no Plano Diretor e a Prefeitura trabalhou na institucionalização dele. Não é simples porque organizar, como o Mauro falou, em uma estrutura complexa, uma coordenação de informações é um grande desafio.

- Antigamente, os órgãos se falavam em uma única direção ou você precisava perguntar para o terceiro, para o quarto. Uma vez, pesquisando planilha de Excel da secretaria de Educação, a gente encontrou 10.477 planilhas, quer dizer, muita informação produzida, mas quando você precisa dela, “onde ela está?”, “quem eu procuro?”, “em que computador está isso?”. Então, se organizou primeiro um colegiado antes da ferramenta, a ferramenta é um suporte, mas o Siurb é mais que isso.

- São 45 órgãos, são nove órgãos externos, a gente tem Inea, Parque Nacional da Tijuca, a gente tem alguns órgãos que participam, mas todas as secretarias se integram. A ideia é que a informação passasse a circular dentro de um mesmo ambiente. Esse colegiado se reúne com uma certa frequência, a gente tem reuniões ordinárias ao longo do ano, tem o núcleo duro para algumas tomadas de decisão. Ele mais ou menos se organiza com representantes de cada órgão que funcionam como agenciadores dentro desse órgão para a plataforma.

- A gente tem uma plataforma que é face interna, a gente chama de Siurb.Rio. Muita gente conhece o Google Docs, que você entra e monta uma planilha, um texto, ele é isso, mas ainda tem suas atribuições geográficas. E aí, nesse coletivo os órgãos criam seus grupos, criam limites de acessibilidade desses dados. Por exemplo, os dados médicos, que eu não posso abrir os dados do paciente, tem dados fiscais também que são sigilosos, o sistema permite esses cuidados todos. Mas sempre que alguém precisa de uma informação, eles conversam entre si.

- O Data Rio é a face externa. Tudo que a gente produz lá no Siurb, organiza, a gente leva para o público através do Data Rio. Esse é um site que a gente sempre recomenda aos estudantes visitarem, ele já está lá com mais de 3 mil conteúdos, tem a cartografia da região metropolitana, mais a cartografia

do Rio de Janeiro e toda a produção organizada em 15 grandes temas, que são os temas da cidade: educação, saúde, assistência social, urbanismo e assim vai.

- É relativamente simples procurar o que você precisa e a gente está sempre contando com os usuários para aperfeiçoar a plataforma. Na contabilidade do ano passado, a gente já fechou e tivemos crescimento de 32% em relação a 2018. Em janeiro, já começou com 10% acima do normal, então a gente está empolgado com o ano, já que é Rio, capital mundial da arquitetura. Em 2020, a gente acha que vai ter bastante gente procurando.

Mauro Osorio: Ano eleitoral também.

Carlos Krykhtine: Também. E, a gente tem o Data Rio Hub, que é uma plataforma vinculada ao Data Rio, mas é um espaço onde você pode logar facilmente. No Siurb, quem loga são os funcionários da Prefeitura, com a matrícula. No Data Rio Hub, com sua senha do Google ou do Facebook, você entra e pode produzir os seus dados e contribuir com a comunidade usando os dados do Data Rio. Você baixa os dados, sobe lá, monta o seu mapa, organiza. Esse é um espaço que a gente quer fomentar dentro da área acadêmica para que os núcleos de pesquisa, os institutos, as escolas, os escritórios técnicos, universidades possam de maneira franca acessar esse espaço, produzir informações e, a partir daí, se a gente tiver produtos interessantes, que interessem a todos, homologá-los dentro do Data Rio como nossa publicação oficial.

-A gente sabe que os dados são produzidos pelos governos, a Prefeitura produz muita coisa. O IPP, por si só, não consegue dar um passo maior do que esses dados são produzidos. A contribuição da comunidade pode ser muito importante para a gente enriquecer ainda mais esse ambiente. A gente tem aqui um espaço de capacitação dentro do IPP, o Leonardo que coordena, é o Siurb Lab.

- A gente sempre recebe os órgãos parceiros, eles querem prototipar algum produto, algo que vai servir ao público, então, eles vêm, conversam. A gente monta uma pequena programação, uma internalização como se fosse um estágio e aí ele sai com um protótipo e com os ensinamentos necessário para evoluir aquele produto. Se eu for produzir tudo que os 45 parceiros precisam, também não vou dar conta. Então, nossa ideia é ensinar, instrumentalizar e a gente ganha mais gente, mais produção e mais ações.

- Aqui é um pouco sobre o que o Mauro falou, sobre a possibilidade de avançarmos em algumas parcerias. A gente tem sido procurado, já tinha parceria com a Coppe, que gerou um inventário de gases do efeito estufa, o que foi ótimo que já internalizou dentro da Prefeitura e a gente já tem produção interna, a parceria com a Nasa que foi mencionada também tem suas correlações, a gente fez um vento grande no Planetário em que a Academia compareceu. E a gente espera também estar gerente diversos frutos de interação, mas alguns institutos, escolas já tem nos procurado. O Ilesc foi um deles, que eu fui essa semana para reativar uma parceria.

Andrea Pulici: A gente tem um termo de cooperação que foi assinado em 2017, mas que já expirou. Só que a gente tem na equipe médicos que trabalham com dados de saúde e que tem bastante contato com eles. Então, a gente está querendo reativar essa cooperação.

Carlos Krykhtine: A Politécnica, através do professor Fernando, tem nos procurado porque interessa a parte toda de cartografia, em uma interação com a pós graduação. Se aprofundar na experiência do IPP e a universidade também tem a sua produção, que acho que a gente pode contribuir bastante.

- E, a UFRJ, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável, tem interagido com a Casa Civil em uma pesquisa através dos dados administrativos e também tem nos procurado para participar, dentro do Siurb, como um produtor, gerador de dados. A gente acha que, de repente, um instrumento guarda-chuva, que a gente possa ter com a reitoria e possa facilitar o acesso como se fosse um cabide, em quem quer chegar, chega dentro desse instrumento de maneira mais fácil, ágil, acho que é algo que a gente possa estar pensando junto a partir desse encontro.

Andrea Pulici: Posso até falar, lá na diretoria, a gente tem uma coordenadoria de integração e muitas vezes a gente recebe demanda, inclusive das universidades. Por exemplo, a Politécnica nos procura muito e, às vezes, a gente poderia estreitar mais esses laços, por exemplo, através da recepção de

alunos estrangeiros para trabalhar aqui no IPP pela falta de instrumento. Nosso jurídico acaba não permitindo porque formalmente ele não está aqui. Porque se acontece alguma coisa, ele está sem seguro, sem nenhum tipo de amparo. Então, a gente as vezes recebe aqui informalmente, o que não é legal. Por conta, principalmente, dos dados que a gente desenvolve, a gente tem essa necessidade, de estar recebendo esses alunos. Mas pela falta de instrumento, isso nos impede de atender melhor isso.

Carlos Krykhtine: Vou deixar aqui com a Andrea para falar um pouco sobre a área de pesquisa do IPP, em Projetos Especiais.

Andrea Pulici: Você tinha pedido para eu falar do Censo também, não é?

Mauro Osorio: Fala do Territórios Sociais e do Censo. Territórios Sociais é um programa extremamente bem sucedido que a gente fez. A gente ganhou o prêmio do BID de melhor programa de inclusão social da América Latina e foi desenhado pela Andrea junto com a equipe da Casa Civil, da Assistência Social. E, agora a Prefeitura vai fazer, de dois em dois anos, um censo, censo mesmo, dos moradores em situação de rua.

-A gente tem feito também aqui, professora, prêmios para dissertações e teses sobre o Rio de Janeiro. Já fizemos dois, a ideia é continuar fazendo. No último prêmio, quem ganhou foi um rapaz, o pai dele foi morador de rua e ele fez uma tese de doutorado sobre os moradores de rua pela UFF, hoje é professora da universidade do Espírito Santo, um trabalho maravilhoso.

Andrea Pulici: A ideia da nossa coordenadoria é ser um núcleo de estudos e pesquisas. E, agora, de desenvolvimento de metodologia e análise do funcionamento de política pública. A gente tem o Nando, que desenhou o IDS, que é um índice que inclusive a gente usa aqui na seleção dos territórios. E, recentemente, a gente também tem o índice próprio, que é o índice de Progresso Social.

- A gente está na coordenação do programa Territórios Sociais, como o Mauro disse, junto com a secretaria de Assistência.

- A gente vem desde março de 2019 desenhando uma metodologia para ter, de fato, um censo para a população em situação de rua, visto que a gente não conseguiu ainda, na Prefeitura do Rio, ter uma metodologia própria que a gente possa sempre estar replicando para que a gente possa ter dados comparáveis.

- A gente, hoje, tem um desafio que quando se fala em população em situação de rua no Rio, se traz alguns dados e alguns números, uns que são da Prefeitura, outros que a Prefeitura não reconhece, mas que não são comparáveis entre si, que causa um tumulto. Então, a gente mistura o dado de um censo que foi feito, com dados de um levantamento, um dado de abordagem, que muitas vezes, inclusive, repete o mesmo morador várias vezes na mesma planilha. Então, isso causa uma confusão.

- Desde 2019, quando a Danielle Murtha, subsecretária, assumiu a pasta, ela vem desenhando todo um trabalho para esse assunto. Então, desde a criação de um comitê integrado com várias instituições, inclusive da sociedade civil, para tratar do tema, um decreto para que a gente tenha um primeiro piloto e a cada dois anos a gente repete a mesma metodologia. E, um desenho de um leque de opções de políticas para que a gente possa partir do censo fazendo um desenho mais aprimorado de uma política municipal que não existe para a população em situação de rua. É um primeiro passo que a gente está dando.

- A gente tentou fazer esse levantamento em dezembro, a gente fez a primeira licitação, mas a gente subiu um pouco o nosso critério de análise técnica e a gente acabou não aprovando nenhuma. Estamos, agora, de novo com uma nova licitação em curso, espero que dessa vez ela dê certo. E, a ideia é que ainda em março a gente faça esse levantamento, acredito que até o meio do ano a gente deva ter um dado mais qualificado.

- Por que a gente está há tanto tempo desenhando isso? Porque a gente tem aproveitado para melhorar todo o nosso cadastro, inclusive administrativo. Os roteiros tem sido georreferenciados, a gente tem feito análise com todas as instituições, a gente tem feito consultas públicas sobre a metodologia que a

gente vem desenhando para que seja transparente e que tenha envolvimento da maior parte das instituições. Para que todo mundo, de fato, entenda e absorva o que a gente está fazendo.

- Bom, o Territórios Sociais é um programa, como o Mauro falou, integrado, ele foi desenhado no final da gestão passada por técnicos da Prefeitura. E, a ideia é que a gente tivesse um olhar integrado de várias secretarias para as famílias mais vulneráveis da cidade.

- O nosso desafio, primeiro, era para onde a gente olhava na cidade e qual seria o critério de seleção dessas famílias. A gente desenhou um programa que o objetivo é diminuir o risco familiar e a vulnerabilidade das famílias que ainda estão invisíveis para a Prefeitura. Às vezes, não estão invisíveis para a educação, mas estão para a saúde, para assistência.

- A ideia que territórios é que as secretarias olhem para a família de uma mesma maneira. Então, não tem que esse é um problema da saúde, um problema meu, é um problema de todo mundo. Uma criança que está fora da escola em uma área vulnerável, a probabilidade de ela ir em uma unidade de saúde é maior, se a gente faz um olhar integrado, a gente facilita para nós mesmos no futuro.

- E, tem três pilares: administrativo, plano de ação integrada e monitoramento e avaliação da condição dessa família até que ela consiga melhorar seu índice de vulnerabilidade. Hoje, são os territórios que a gente está atendendo, nós começamos nessa área azul que a gente chamou de “piloto”, entre 2017 e 2018, a gente foi em 180 setores censitários de menor IDS.

- E, hoje, a gente está em uma segunda fase, que são grandes complexos de favelas. Uma vez localizado o território, a gente entra aplicando um questionário do índice de pobreza multidimensional que tem esses dez indicadores. Isso compõe o índice, que é o IPM, e a família pode ser risco 1, risco 2 ou risco 3. Todas as famílias que são risco 2 e 3 entram no programa.

- Uma vez selecionada, a família por um protocolo que é a busca ativa, aqui, independente se for Territórios Sociais, se tiver uma criança fora da escola, a gente encaminha para a matrícula. E, toda a família é visitada pelo agente comunitário de saúde para fazer o protocolo da saúde, ela é encaminhada para um assistente social para fazer o atendimento individualizado da família ou, às vezes, do indivíduo, de todas as vulnerabilidades. E, aí, ela vai sendo encaminhada para todas as outras secretarias que forem necessárias. Compõem o Territórios Sociais a Casa Civil, o IPP, Educação, Saúde, Assistência, Educação, emprego e renda, Cultura.

Mauro Osorio: Só um parêntese. Uma riqueza que a Prefeitura do Rio tem é um corpo técnico muito poderoso, que já está um pouco envelhecido, precisa fazer concursos públicos, a questão fiscal também é um desafio. Mas é possível ter sucesso em programas como esse que desenvolvam metodologias porque a gente tem aqui técnicos. Nós temos, por exemplo, 500, 600 assistentes sociais. O governo do estado, na secretaria de Assistência Social, não tem um único assistente social. Então, a máquina pública do estado quase não tem funcionário, tirando Saúde, Educação, Segurança, Fazenda. Essa é uma diferença muito grande da Prefeitura do Rio.

Andrea Pulici: No primeiro piloto, das 20.000 famílias, 2.300 famílias foram identificadas como Territórios Sociais e para a gente ter noção de que família a gente está falando, é esse perfil. 95% com insegurança alimentar, mortalidade infantil, não faixa, mas de porcentagem de domicílio, 8,5, 23% de crianças fora da escola e da creche, 75% dos alunos não tem nem cinco anos de estudo, 70% não tem um filtro.

Mauro Osorio: Ou seja, situação de miserabilidade.

Andrea Pulici: Então, um ano e meio após a gente começar a trabalhar essas famílias, a gente consegue melhorar bastante esses resultados. Já tem resultados que a gente consegue a mais curto prazo, mas a gente tem ainda um gargalo que é o da infraestrutura, principalmente porque a gente não conhece atender unicamente um domicílio. Por exemplo, um domicílio sem esgotamento sanitário, eu preciso tratar todo aquele território.

- A ideia do Programa Territórios Sociais é fazer mais por menos, é tentar usar os recursos que a gente tem. Na verdade, a gente quase vai passando o pires pelas secretarias para com recurso próprio a gente tentar resolver, se não a gente não ganha escala de longo prazo.

- Então, a ideia também é fazer uma transformação de como olhar a política pública. Esses projetos precisam ser integrados sempre. Se eu vou fazer um projeto, por exemplo, para primeira infância, não adianta só ser Educação e Saúde. Eu preciso de Assistência, eu preciso da secretaria de habitação, por exemplo, porque eu passo por esse problema da infraestrutura.

- E aí, eu ganhei um desafio do prefeito, “como é que a gente cresce Territórios?”. E demos um passo bastante significativo, fomos para dez grandes complexos de favelas, entendendo que a gente não conseguiria fazer essa metodologia sem ter uma equipe própria. Aí, a gente passa para um patamar que a gente faz um acordo com a ONU Habitat, uma parceria com a Prefeitura há bastante tempo. A gente tem um orçamento próprio para a contratação de equipe própria, a gente tem uma equipe que são todos moradores desses complexos, de coordenadores que também moram lá para estarem fazendo não só a busca ativa, mas essa maior integração dessa população. Porque muitas vezes também não acessam serviços por falta de informação, então estão ali para trazer essa população para mais perto da Prefeitura.

- E, o nosso desafio são 150 mil domicílios, mais ou menos 420 mil moradores e tentando atender uma meta de 80% de redução de vulnerabilidade dessas famílias. A gente desenha dentro do Siurb, a gente sai com uma planilha de Excel de monitoramento para um sistema dentro do Siurb onde todas as secretarias conseguem não só olhar para essas famílias da mesma maneira, como alimentar esse sistema. É um problema da Prefeitura dados que se cruzam por causa do identificador, as bases não se falam. Então, a gente gera códigos para essas famílias e tenta dentro do Siurb trazer todos os dados delas para ali. Essa é a carinha, mais ou menos, dela.

- Então, aqui tem os resultados e em cada aba a secretaria tem as suas famílias por território ou pelas suas áreas de atuação, a nossa base comum acaba sendo setor censitário sempre para fazer essa agregação de famílias por cada secretaria. O que a gente tem mais ou menos, para não demorar muito, é, esse dado é de hoje, eu bati na porta de 101 mil domicílios já, 71.800 entrevistas, das quais 20.000 famílias são Territórios Sociais. Em grandes complexos, além do IPM 2 e 3, toda família com extrema pobreza está trazendo para dentro do programa também. Eu achei 1466 crianças fora da escola, de 4 a 14 anos.

Mauro Osorio: E essas crianças fora da escola, a gente matricula e o comitê gestor do Territórios Sociais acompanha. Porque são famílias muito desestruturadas, se não acompanhar já vão sair rapidinho.

Andrea Pulici: Eu tenho, hoje, 7587 famílias que não estão no CadÚnico, não tem bolsa família. E, pessoas maiores de 16 anos que não têm carteira de trabalho. Para algumas ações que não dependem da Prefeitura como documentação, esse é um grande problema que a gente tem, a gente fez uma parceria com a Fundação Leão XIII e com o Detran e uma vez por mês a gente faz uma grande ação social nesses territórios. Tem preferência para o território, mas ela é aberta à comunidade toda, até o número de senhas que a gente consegue atender.

- A gente roda em torno de 1.500 a 3.000 atendimentos por ação social. E, rodamos um piloto, que agora vamos ampliar de tirar a identidade das crianças dentro da escola, a gente entra na escola e sai tirando o RG das crianças. As que nascem já saem com identidade e CPF, mas a gente tem um gargalo de crianças que não tem. Então, a gente também já tirou 1843 identidades de crianças nas nossas escolas municipais.

-A gente ganhou, ano passado, o prêmio do BID e a gente está com um grupo transversal de trabalho sobre como a gente consegue aumentar a sensibilização dessas famílias para o uso do filtro de água potável. As famílias que a gente consegue fazer o atendimento de saúde e assistência, a gente convida uma unidade de saúde, faz uma palestra e a gente entrega um filtro de água de barro. Em dezembro, fizemos uma entrega de 442 filtros e agora, após o carnaval, estaremos entregando 1663 filtros na Maré. Estamos trabalhando em como a gente estimula o uso do filtro, para que ele não doe o filtro, não guarde o filtro, mas para que, de fato, use o filtro em prol da família.

Mauro Osorio: Obrigado, Andrea.

Em seguida, a palavra foi dada à reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho

Denise Pires de Carvalho: Queria, inicialmente parabenizar, são ações que realmente deixam a gente acreditando que é possível avançar. Em uma época de tanto retrocesso em termos de políticas públicas, fragilização das instituições, é muito bom estar aqui e escutar esses programas bem sucedidos que farão com que a nossa sociedade melhore.

Mauro Osorio: É uma área que pode se estabelecer uma extensão. Que hoje em dia nem é tão valorizada. Capes, Cnpq é tudo artigo, artigo, artigo. Mas um trabalho de extensão pode ser interessante. E, teses e dissertações sobre o trabalho que a gente está realizando.

Denise Pires de Carvalho: Sem dúvidas, o banco de dados é importante e essa ideia de Territórios Sociais é fantástica, eu achei incrível. Eu não tenho dúvidas que a gente forma sinergia em muitas ações.

- Durante a apresentação de vocês, eu fiquei pensando que o fórum de ciência e cultura tem que se aproximar mais, a Universidade da Cidadania, mas eu não trouxe apresentação para falar sobre isso. Como é a estratégia da nova gestão e possíveis parcerias com o Instituto, eu trouxe uma apresentação geral da universidade.

-O Ricardo está aqui do meu lado e com certeza vai concordar comigo. É muito difícil, neste momento, que as instituições públicas federais tenham estratégias. Eu assumi há seis meses e nós não temos sequer salários garantidos. Nesse período agora, nós recebemos ontem o número de contratações possíveis de docentes e funcionários técnico administrativos, mas um número que a gente não pode usar. Estamos impedidos de usar para não aumentar o gasto público, portanto, não adianta mandar o número.

- Efetivamente, turmas que ficarão sem aulas a partir de março, é isso que vocês verão na mídia em breve, o que é dramático. A situação das instituições públicas federais é dramática. Eu tenho visitado bastante as estaduais para que a gente consiga se oxigenar um pouco, fazer um pouco de neurogênese, então, é muito bom estar aqui.

- Eu tenho participado de reuniões nas estaduais e aqui no Instituto do município e oxigena. E, a gente quer, a gente vai precisar, sem dúvida nenhuma, de muita parceria. Então, estratégia de nova gestão eu não vou mostrar muito, vou mostrar um pouco do que a gente é.

- A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem mais de um campus aqui na cidade do Rio de Janeiro, tem suas unidades isoladas, eu vou falar um pouquinho delas mais tarde, mas tem o campus da Praia Vermelha, o campus da Cidade Universitária.

- E, a partir de 2008, nós avançamos naquele programa de reestruturação e ampliação das universidades e institutos federais para Caxias. Está em Xerém, é o campus Duque de Caxias e para a cidade de Macaé, onde a gente tem uma parceria muito importante com o município, com o prefeito e que tende, eu espero, a continuar. Espero que essa parceria frutífera continue. Tem lá a Faculdade de Medicina, está aqui o diretor da Faculdade de Medicina.

Denise Pires de Carvalho: Eu espero que essa parceria frutífera continue. Tem lá a Faculdade de Medicina, e aqui está o diretor da Faculdade de Medicina por 8 anos, o Roberto Medronho. Nós apoiamos não só a implementação da Faculdade de Medicina em Macaé, mas a continuidade do curso lá, inclusive dando aulas e não só na gestão. É um desafio enorme porque acreditamos que a presença da faculdade por meio do curso médico na cidade de Macaé é capaz de mudar a atenção básica e o SUS na região, e é isso que efetivamente está acontecendo.

Sergio Besserman: Tem um hospital universitário?

Denise Pires de Carvalho: Não, o atendimento é todo feito em um hospital público em parceria com a Prefeitura.

Medronho: É uma parceria direta, a residência é do hospital, que formulou a proposta fomos nós, mas a gestão é do município.

Denise Pires de Carvalho: Nós fazemos aquilo que melhor sabemos fazer, que é a formação do profissional qualificado que vai atuar e melhorar todo o sistema de saúde. Tínhamos como ação estratégica, mas talvez não seja possível, é o início de um curso médico na cidade de Duque de Caxias. Não há instituições públicas que ofereçam cursos de medicina, apenas privadas. Queríamos com o apoio da prefeitura de Caxias, também sem hospital universitário, utilizando a rede municipal.

- Temos, hoje, 176 cursos de graduação; cerca de 56 mil alunos de graduação; 6 mil alunos de EAD; o número de bolsas, incluindo graduação, pós-graduação e extensão, é em torno de 6 mil; 11 mil vagas por ano, e inclusive estamos no processo de seleção dos estudantes nesse momento; temos 132 programas de pós-graduação, 315 lato sensu e 225 stricto sensu (o número é um pouco menor porque temos simplesmente cursos de mestrado e mestrado associado ao doutorado, só de doutorado há 95 cursos). É uma Instituição que tem muita atividade não só na graduação, mas na pós-graduação também. O número de estudantes da pós-graduação é de 15 mil e, se somados aos 55 mil da graduação, somos uma cidade de médio porte só pelo número de estudantes. Esses cursos são de excelência, a nota máxima da CAPES é 7 e fica em torno de 5% a 7% o total de cursos que atinge essa nota. Porém, na UFRJ, temos mais de 15% dos cursos do stricto sensu classificados como nota 7. Não reflete a média nacional, está acima dela. Se somarmos esse total de cursos nota 7 aos 23 % dos cursos que são nota 6, chegamos perto de 40% dos cursos em níveis de excelência. Não estamos falando de um número grande de cursos apenas, mas de cursos de excelência, internacionais.

- Quando se fala em um novo programa de internacionalização, não há nada de novo nisso. Os programas de pós-graduação começaram na UFRJ na década de 1960 (são muito jovens e precisam de muito cuidado, mas temos trabalhado muito bem) e somos internacionais desde o início. Não havia como fazer pesquisa no país sem se internacionalizar no início, em termos de pós-graduação não havia nada nas outras universidades do Brasil na década de 1960. Retomando, temos mais de 20% dos cursos classificados como nota 5 na CAPES. Entre notas 5, 6 e 7, temos 60% dos nossos cursos de pós-graduação. Esses dados são para mostrar que podemos interagir muito de forma sinérgica, há vários programas como do IPPUR, da Coppe e da Faculdade de Arquitetura que tem tudo a ver com o trabalho de vocês aqui. Eu acho que temos que ampliar essa nossa atuação e fico muito feliz de ter sido convidada para vir aqui.

- Os programas de pós-graduação profissionais ainda não um grande desafio para a universidade. Temos mestrado profissional desde 2006, funcionando e regulamentado, não temos ainda doutorados profissionais. A nota máxima dos programas profissionais é 5 e ainda temos a maioria dos nossos cursos entre nota 3 e nota 4. Ainda não aprendemos a lidar com essa nova modalidade, que são programas que podem fazer avançar a produção de conhecimento mais ligado a área de patentes, produtos e processos. Nós avançamos muito na maior parte das universidades, vou acentuar algumas estaduais paulistas, nem todas. O sistema federal avançou muito de forma acadêmica, mas quando alamos em produtos e processos há um pouco de tabu nas universidades. Aqui na reunião, por exemplo, falamos de sistemas de monitoramento e isso são produtos ou processos dentro de um mestrado ou doutorado profissional, que pode ser desenvolvido pelos atores que aqui estão. E isso, depois, esses produtos e processos gerados vão ajudar em políticas públicas. Precisamos avançar e esse é um desafio da atual gestão: fazer com que os mestrados e doutorados profissionais não reproduzam as teses e dissertações acadêmicas.

- NA UFRJ temos 7 pró-reitorias e 6 centros universitários. Somos divididos em centros organizados por áreas do conhecimento. Falamos aqui, por exemplo, de instituições que estão no Centro de Letras e Artes, como a FAU; outras que estão no Centro de Tecnologia, como a Coppe, etc. Temos 4 hospitais universitários credenciados, nossa Maternidade Escola é referência nacional e internacional. Para além desses hospitais credenciados, há mais cinco unidades de saúde da Universidade, como por exemplo o HESFA, que fica na Presidente Vargas e com um atendimento pioneiro a pacientes infectados com o HIV e que continuam sendo acompanhados ali. São 17 museus e 45 bibliotecas, é uma imensidão e não ter orçamento garantido é um desafio absurdo. Gerando recursos próprios poderíamos tentar prover os docentes e os funcionários, mas nem assim, porque nossos recursos próprios são recolhidos pelo Ministério da Educação. Por exemplo, o Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES, paga aluguel.

Sergio Besserman: O aluguel é GRU, também?

Denise Pires de Carvalho: Sim, vai tudo para a conta única, o Governo recolhe. No ano passado, nós estávamos com um déficit de cerca de 200 milhões, recolheram 34 milhões.

Cavaliere: E se fosse pela Fundação?

Denise Pires de Carvalho: Não tem como recolher aluguel pela Fundação. Mas bastariam eles liberarem os recursos para nós, o que não fazem. A Fundação é de apoio para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Então, por exemplo, usar uma verba de aluguel para pagar a conta de luz é impossível.

Roberto Medronho: O Aloísio Teixeira fez isso. Ele fez um convênio e passou tudo para a Fundação. Só não foi demitido e preso porque morreu antes.

Denise Pires de Carvalho: Escutamos até hoje que o professor Levy, pró-reitor de finanças da época, desviou dinheiro. O desvio de dinheiro foi passar para Fundação.

- Temos um Parque Tecnológico. A quantidade de laboratórios chega perto de 1300, o maior centro não só em termos de unidades acadêmicas, mas também de cursos de pós-graduação e em número de laboratórios, mais de 400. O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza com 250 e o Centro de Tecnologia com 230. Imaginem o gasto em termos de eletricidade para manter esses laboratórios? Equipamento que muitas vezes só existem no Brasil e em todas as Américas, na UFRJ, como espectrômetros de massa, supercomputadores etc. Temos estruturas que existem uma na Europa e outra equivalente apenas na UFRJ. E isso custa energia, água, manutenção etc. E isso é investimento para o país, aí que se desenvolveu a possibilidade de extrair petróleo em águas profundas. Se não fossem esses laboratórios, talvez o mundo não tivesse condição de fazer essa extração. O Campus da UFRJ em Macaé já tem 60 laboratórios, mesmo tendo apenas 11 anos.

- O quantitativo de alunos matriculados aumentou muito nos cursos de pós-graduação profissionais, e ainda há espaço para crescer muito mais. Acho que pode ser uma interação importante do IPP com a Universidade, a qualificação profissional por meio desses cursos que vão gerar produtos de interesse de vocês, nosso e da sociedade. Queremos que esses cursos sejam profissionais, mesmo.

- Um dos grandes desafios que temos na UFRJ é que embora tenha sido o berço da internet no Brasil, que tenha os melhores centros de ciência da computação, evoluiu de forma se perder em termos de análises de dados, coleta de dados, procedimentos e processos. É um desafio para atual gestão mudar isso. Vejam [aponta para o slide] que há uma quantidade enorme de grupos de pesquisas do CNPq não atualizados. Não tem por que não atualizar isso, que termina fazendo com que caiamos nos rankings, faz com que digam que a UFRJ piorou. Não tem nenhum indicador como empregabilidade, relação candidato/vaga, cursos de pós-graduação, que indiquem que a UFRJ piorou. Mas se não preenchermos as bases de dados, cairemos nos rankings e isso é questão de gestão.

- A produção bibliográfica cresce junto com o aumento do investimento e cai com a diminuição do investimento. O Brasil atingiu a décima primeira em posição em produção mundial. E 95% dessa produção é feita em universidades públicas e grande parte disso em universidades estaduais. Temos três estaduais paulistas, Unicamp, Usp e Unesp e algumas PUCs, como a do RS e RJ, o restante do ensino superior não produz conhecimento. Vemos uma queda progressiva no financiamento, CNPq, CAPES, FNDCT, isso é gravíssimo e projeta um país periférico, que retorna à década de 1990. Não é um país que nós, que trabalhamos esses anos todos nas instituições públicas, queremos. Colocar o FNDCT, por exemplo, um Fundo como um teto e impedir que haja investimento através dele porque entra no teto de gastos por conta da EC 95 é um absurdo. É um fundo criado por FHC destinado à ciência e tecnologia, não é para ser recolhido, assim como os recursos próprios das universidades. Criamos uma comissão de orçamento para rever contratos e fazer nosso dever de casa. Estamos elaborando um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o atual data de 2006, da gestão do Aloísio Teixeira. Então nosso dever de casa deixou de ser feito, o PDI está na revisão pela Coordenação de Comunicação. Um Plano robusto, com metas e prospectando o futuro. Iniciamos obras na residência estudantil que estava abandonada e reformulamos o Escritório Técnico da universidade. AS obras do museu nacional estão em processo de reconstrução, toda a parte acadêmica do Museu estará em funcionamento no início de 2021, caso o MEC repassa a verba da Emenda Parlamentar. Empenhamos todos os 55 milhões que a Emenda Parlamentar enviou para a

UFRJ. Assumimos em julho de 2019 e não havia projeto, conseguimos desmembrar o que havia de anteprojeto, licitar e então as obras começaram. Só que elas vão parar se a verba da emenda não virar financeiro, isso é grave e espero que não aconteça. Estamos com projetos de combate a incêndios para que o que aconteceu com o Museu Nacional não aconteça em outros prédios. Temos 12 prédios tombados, o prédio da Escola de Música, belíssimo e um orgulho para a sociedade brasileira, tem o melhor órgão da América Latina, não é possível que continuemos a cuidar do nosso patrimônio. Não são patrimônios da UFRJ, são da sociedade brasileira. Estamos estruturando o nosso complexo hospitalar, todas as unidades de saúde conversam através do complexo. Hoje recebi ouvidora do SUS e com a presença das ouvidorias dos diferentes hospitais. Queremos a visita do Ministério da Saúde, eles sequer sabem o que a UFRJ faz em termos de atendimento à população.

- A UFRJ é super internacional. Existem colaborações internacionais com o mundo todo. O país que mais colabora conosco é a França. Quando há uma colaboração, não só internacionais, o número de citações aumenta mesmo que seja entre nós, como Fiocruz, Uerj etc. Se colaboramos com instituições internacionais o número de citações aumenta muito mais. São 258 instituições parceiras e mais de 3 mil publicações em colaboração nos últimos 10 anos. E obviamente, isso tem tudo a ver com o salto que o país deu para décimo primeiro país com mais publicações. Eu não considero que estejamos bem, podemos fazer muito mais e melhor. Somos um povo super criativo e que conseguiu em poucas décadas alavancar a pós-graduação e o sistema de tecnologia, como poucos e ainda subfinanciado. E, também, com todos os problemas burocráticos que temos, como os que afetam a importação de insumos e equipamentos. Temos uma colaboração incrível com instituições portuguesas. O Roberto Medronho, como diretor da Faculdade de Medicina, conseguiu a formação de uma rede de escolas médicas de língua lusófonas. Tivemos a honra de assinar essa parceria em novembro de 2019. Fiquei muito feliz por essa iniciativa da Faculdade de Medicina. Lá estava a representação de mais de um continente, tinha a presença de Macau, Portugal e Brasil. A UFRJ é a intuição sede dessa rede e organizaremos esse evento que ultrapassa os limites continentais, em nosso centenário esse ano. Nossos alunos diplomados na UFRJ não têm apenas o diploma reconhecido em Portugal, eles têm o diploma de médico da Universidade de Lisboa. Isso vai acontecer com Escola Politécnica e já acontece com a Universidade do Porto. Isso no nível da graduação e vale para a Europa inteira. Na pós-graduação queremos aumentar o número de cotutelas. Temos muito alunos em doutorado sanduíches, queremos colocar praticamente todos esses estudantes em cotutela, de modo que tenham a diplomação no país do estágio e aqui no Brasil. Fazemos muito isso com França e Alemanha, mas fazemos pouco com Portugal ainda. Eu já assinei o acordo de cotutela com a Universidade de Lisboa.

- A interação UFRJ, temos com exemplo o Parque Tecnológico. É um orgulho para a UFRJ e para o Brasil. Devemos inaugurar em setembro uma exposição na Fundação Casa de Rui Barbosa, onde vamos usar a tecnologia de um laboratório que identificou a origem do petróleo nas praias do Nordeste. Esse mesmo laboratório está fazendo uma simulação das mudanças climáticas nas próximas décadas, ele fica no Parque Tecnológico. Estamos com o objetivo expandir esse Parque para a área biotecnológica, estamos em conversas com a Fiocruz, que provavelmente será nossa parceira. Não é verdade que a UFRJ está expulsando empresas e que o polo de biotecnologia será usado para outras finalidades. O que é verdade é que do ponto de vista jurídico, há empresas no Parque de Biotecnologia, que não enquadram no nosso modelo de funcionamento do Parque Tecnológico. No último anos, essas empresas eram geridas por uma fundação que está judicializada e nunca foi credenciada pela UFRJ. Essas empresas estavam vinculadas a essa fundação, elas passaram a estarem vinculadas ao Parque Tecnológico e elas tiveram 1 ano para se adequar. Após esse tempo elas têm que se desmobilizar ou ingressar nas regras do Parque Tecnológico. 1 ano foi pouco? Então vamos discutir quanto tempo a mais é necessário, mas dentro da lei. A Ambev chegou ao Parque, mostrando que não queremos ficar apenas na área de óleo e gás; Fiocruz está chegando; L'Oréal também. Há possibilidade de interação entre instituições públicas, é do nosso interesse, na área de insumos e saúde. A área de medicamentos e vacinas é muito pífia, precisamos alavancar isso.

Roberto Medronho: Nós importamos alguns bilhões de dólares de medicamentos imunobiológicos que temos competência e capacidade para produzir.

Fernando Cavallieri: Qual é o modelo? A universidade oferece pessoal, tecnologia?

Denise Pires de Carvalho: Uma regra básica é que o Parque tem que ser autossustentável e não pode gerar custos para a universidade. Outro requisito é que haja interação entre as empresas e instituições com laboratórios e pesquisas da universidade. Esse é o problema com a Fiocruz no momento. Montamos um comitê junto com a Fiocruz para identificar quais são as possíveis parceiras no momento. Os laboratórios não saem dos seus lugares, mas podem utilizar as instalações das empresas no Parque Tecnológico. A Ambev, por exemplo, tem forte interação com o Instituto de Química. A empresa não entra no Parque porque a vista é bonita e perto do aeroporto. E o recurso gerado é utilizado em editais, por exemplo, temos 10 bolsas de doutorado direcionado para a área de inovação, concedidas com verba do Parque Tecnológico. Não tem muito recuso, o Parque não existe para gerar recurso, mas os que temos estudamos a possibilidade de utilizá-los em editais de pesquisa para jovens pesquisadores, para complementar bolsas de iniciação científica que o Governo Federal venha a cortar. Fala-se muito em cortes no programa de Letras, Neoclássico, há apenas dois no Brasil, um na UFRJ que perdeu todas as bolsas. Se pudermos repor as bolsas com essa verba, estamos repondo um desvio equivocado das bolsas de pós-graduação da área de ciências humanas e sociais. É equivocado e não temos a caneta em Brasília para resolver, então tentamos resolver internamente e poderíamos resolver de maneira muito melhor se pudéssemos usar nossos recursos próprios.

Fernando Cavallieri: Mas houve algum critério para cortar as bolsas especificamente dessa área?

Denise Pires de Carvalho: Na época foram os cursos nota 3 e nota 4. Mas há alguns cursos com essas notas porque estão começando ou porque são de uma área muito restrita. Às vezes são cursos nota 3 e nota 4, mas são os mais bem avaliados do Brasil daquela área. Foi critério corte pela "qualidade". Isso é ruim. A UFRJ foi muito importante para a implantação de pesquisas na Universidade Federal de Rondônia. Atuamos lá há 20 anos por conta do mercúrio na região, poluição etc. Estive lá em 2009, tínhamos o Instituto Nacional de Ciência em Tecnologia em parceria com eles e havia um curso de pós-graduação, que ganhou um doutorado logo depois com nossas parcerias. Eu fui lá em agosto de 2019, ministrar aula magna, e no momento há se eu não me engano 12 programas de pós-graduação. Programas em áreas importantes para o país, como sustentabilidade e desenvolvimento regional. E o que vai acontecer? São cursos nota 3 e nota 4, mas isso é porque eles são ruins ou porque estão no início? É desgastante trabalhar e achar que vai avançar e aí é como se estancasse todo um projeto do Brasil do futuro.

- Quando eu falo desse ciclo virtuoso entre pesquisa e tecnologia, geração do conhecimento e sua aplicação, está incluída inovação social, inovação disruptiva, toda essa questão. Por que essas crianças não estão em salas de aula? O que as afasta? E o que as manterá na sala de aula? E a universidade precisa estar junta de vocês nesse momento. Espero que possamos fazer esse convênio o mais rápido possível. Estamos institucionalizando o nosso complexo de formação de professores, que vem para tentar melhorar a formação dos professores. Temos um ensino básico com problemas graves no país, devido à baixa qualificação dos professores a baixa valorização dos profissionais. Esse binômio é terrível, se não valoriza e não qualifica, como que pode funcionar? Se você olhar a rede federal, é excelente, mas na municipal e estadual as coisas não funcionam.

Mauro Osorio: O município avançou bem, não é? Se você olhar os dados do IDEB e do IDH Educação.

Denise Pires de Carvalho: Avançou muito. Há escolas trabalhando em cima dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, eu estive na FIRJAN, no RIO+20, na área de educação, e fiquei muito impressionada com algumas escolas do município, mas temos que ampliar isso, não é? O que vai mudar esse quadro dessas famílias em extrema vulnerabilidade é a educação.

Mauro Osorio: a Prefeitura do Rio durante a gestão de César Maia, entrou com muito recuso no Parque Tecnológico.

Denise Pires de Carvalho: Só para complementar essa parte das escolas, conheci alguns modelos de escola integral, que são as escolas temáticas, como a mexicana, que se eu não me engano são estaduais, e queremos por meio da Faculdade de Letras fazer mais. Fazer a escola que tenha horário integral para o ensino do italiano, alemão etc. Na Faculdade de Medicina, em 1994, e u e o Roberto Medronho tivemos o mesmo modelo de estudo. Nós íamos ver pacientes no terceiro ano. Já nossas filhas, que foram nossas alunas, começaram a ter contato com pacientes no terceiro período. Agora,

os estudantes que ingressaram depois da reforma implantada, começam a ir para a atenção básica no primeiro semestre. O médico caminhou no sentido de ir para o chão da atenção à saúde no início da formação. Mas na educação estamos deixando os professores longe do chão da escola e acho que através do Complexo de Formação de Professores teremos que discutir isso com as secretarias municipais e estaduais de educação, é o que espero, que consigamos ajudar a avançar nessa área. E que os nossos licenciandos possam ir para o chão da escola logo, é lá que aprendemos a dar aula e identificamos quais os problemas que devem ser enfrentados para que a educação avance. Não adianta estudar tudo sobre matemática, física e biologia por três anos e ir para escola fazer a didática no quarto ou quinto ano.

Mauro Osorio: A UFRJ tem graduação em pedagogia?

Denise Pires de Carvalho: Sim, e a Faculdade de Educação é super forte. E a diretora do Complexo de Formação de Professores é a ex-diretor da Faculdade de Educação, uma grande parceira nesse projeto.

Mauro Osorio: Andrea Pulici, talvez pudéssemos pensar em algum trabalho em alguma região da cidade e tentar com a UFRJ, o Territórios Sociais, começar a avançar. Escolhe, por exemplo, o bairro com o pior IDS e ir fazer alguma coisa lá.

Ana Carla Badaró: É um prazer ouvir tantas coisas boas na UFRJ, é super reconfortante. Como falei anteriormente, o Centro de Operações Rio fica à disposição da UFRJ para vocês trabalharem conosco, fazer pilotos de projetos. Ontem eu estava com o Cardeman e estávamos discutindo que avançamos muito na área de infraestrutura. O COR é nosso primeiro apoio, é o projeto e planejamento de ação e pronta resposta às mudanças climáticas. E avançamos tanto em algumas áreas, mas pouco avançamos na área de saúde, que é super importante. No COR temos protocolos de tudo na área de infraestrutura, mas não temos protocolos de nada para a área de saúde, iria ser muito legal se nós conversássemos.

Ana Carla Badaró: A gente tem protocolo de tudo na área de infraestrutura e não tem praticamente nada dentro do Centro de Operações para a Saúde. E nessa fala de novas propostas que a gente está recebendo no Centro de Operações, tivemos uma reunião com a Secretaria de Educação, CGM, CGU, Fazenda e diversos órgãos da prefeitura que trabalham a questão da cidade.

-Estamos montando arcabouço de uma estrutura de projetos nos quais a gente vai trabalhar no 5º ano das escolas, na construção das crianças como cidadão, e no 6º ano a questão da cidade. O projeto do 5º ano é um projeto que já nos chegou pronto, foi um trabalho desenvolvido pelo CGU com o Instituto Maurício de Sousa. É um trabalho belíssimo.

-A gente quer aproveitar isso e continuar trabalhando a questão de cidade com essas crianças, de resiliência, de adaptação, enfim, de tratamento da cidade como um todo nos anos subsequentes. Seria um prazer ter a UFRJ conhecendo a lógica desse trabalho.

Fernando Mattos: Como pesquisador de uma Universidade Federal, na verdade nem precisa ser pesquisadora para saber disso: estamos sob ataque. E eu acho que nós temos o desafio, de fato, de chegarmos à sociedade. Todo tipo de atividade de extensão, como o Mauro falou anteriormente, além de ser importante do ponto de vista acadêmico, também é fundamental para enfrentarmos essa enxurrada contra nós. Estamos sob ataque, principalmente as áreas de Artes, Meio Ambiente, etc.

Denise Pires de Carvalho: Eu fiquei muito feliz, acho que a gente tem que passar a fazer umas reuniões porque há muito o que contribuir na área de Saúde. Uma das ligas acadêmicas que venceu o último congresso científico lá na universidade foi uma liga que atuava na Atenção Básica, especificamente nas UPAs, ensinando primeiros socorros porque muitos dos trabalhadores das UPAs não tinham treinamento adequado em primeiros socorros. E foi a liga acadêmica da UFRJ que levou isso para toda a área do Alemão. Estou dando esse exemplo para você ver como a gente pode atuar efetivamente e, muitas vezes, através dos próprios estudantes em projetos de extensão. As ligas acadêmicas têm trabalhos incríveis.

Fernando Cavallieri: O que é a liga?

Denise Pires de Carvalho: A liga é uma organização temática dos próprios estudantes. Tem liga de Neurocirurgia, de Trauma, de Ginecologia, de Cirurgia, de Endocrinologia, etc. Essas são da Medicina, mas já existem ligas em outras áreas. E os estudantes identificam os profissionais que eles querem ouvir, convidam, se reúnem e realizam esses tipos de ações, que são importantíssimas.

- Eu queria usar esse exemplo da liga e da possibilidade de interação com a área da Saúde para além da Secretaria de Educação do Estado e do município, porque precisamos pensar que os jovens são o nosso futuro. O “Future-se”, por exemplo, nós nos posicionamos contra o “Future-se” porque aquela primeira versão era um ataque à autonomia universitária, era inconstitucional. Aí eu virei a reitora contra o governo. Eu não sou contra ninguém, eu sou a favor. A favor da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

Andrea Pulici: Eu me sinto bastante confortável em falar isso porque passei 16 anos trabalhando na UFRJ, durante nove anos coordenei o Observatório Imobiliário que fazia pesquisas nas favelas de todo o Rio de Janeiro e hoje estou aqui do lado da prefeitura e vejo o quanto a gente tem um distanciamento entre a Academia e a prefeitura.

- Então, vai desde as coletas de dados que a gente sempre está fazendo na cidade do Rio, seja nas favelas ou nas ruas, até os próprios projetos, sejam projetos dos laboratórios, com financiamento público, com financiamento externo, com bolsas de extensão. A gente usa a cidade mas a gente acaba não dando o retorno à cidade que a gente poderia.

- Um exemplo é a própria Faculdade de Arquitetura, onde todos os alunos ao se formarem precisam fazer projetos. Ali na UFRJ, eles utilizam muito o território da Maré, mas isso nunca chega na Maré, por exemplo. E aí a prefeitura quando vai fazer um plano de desenvolvimento para a Maré, ela acaba perdendo essas ideias e a interação com os estudantes.

- Os estudantes poderiam estar numa parceria com a prefeitura, vivenciando mais o território, escutando mais as pessoas do território e trazendo o projeto para mais perto da realidade. E a própria prefeitura poderia estar utilizando esses dados. Esse exemplo da Arquitetura se repete para qualquer área da UFRJ. Ou seja, o retorno que a gente dá para a população enquanto Academia poderia ser maior. E ela poderia acontecer por meio da própria prefeitura.

Denise: Eu tenho refletido muito sobre essa questão de trabalhar com a comunidade. Logo que eu fui eleita, eu dei uma entrevista e o repórter me perguntou o que eu achava sobre o fato de estarem questionando a área de Ciências Humanas e Sociais. Eu respondi para ele que essa é justamente a origem das universidades. Mas que agora a Academia não vai mais se encastelar. Essa foi a chamada da reportagem. Então, a nossa saída não é abrir as portas: é não ter portas, não ter muros. Como a gente faz isso?

Aparte de conselheiro: Eu queria levantar duas questões aqui. Acho que uma a Andréa já levantou com muita propriedade: como a universidade chega no território? Isso é muito importante. Nós vivemos numa sociedade desigual, numa cidade desigual. Nós temos várias universidades no Rio de Janeiro, mas as universidades pensam pouco sobre a cidade e a região metropolitana. Além da parceria com as prefeituras e a articulação com o IPP, existe outra que também é importante que é a parceria com a sociedade civil. É fundamental ampliar o diálogo com as organizações da sociedade civil.

O presidente do IPP, Mauro Osorio, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.